



ENSP/FIOCRUZ



Carine Almeida Neves de Oliveira

“Olhe para a fome”

Segundo Isis Ferraz, no seu artigo de opinião “a fome e a ignorância dos que ignoram que exista fome”, uma das suas inspirações para o mês em que escreveu o texto foi Josué de Castro. Esse autor escreveu livros como Geografia da fome (1946), Geopolítica da Fome (1950), Sete palmas de terra e um caixão (1965), e outros publicados em vários idiomas, destacando-se nacional e mundialmente como um pensador clássico da fome. Sua abordagem revela que o fenômeno da fome não é apenas biológico, mas também social e econômico.

Ele desmistifica os conceitos que consideram a fome como um fenômeno natural e declara a criação da miséria através de diversos processos de exploração econômica. De acordo com Castro, a fome é “produto, antes de tudo, da desumana exploração das riquezas coloniais por processos de economia devastadores, monocultura e latifúndio, que permitiam a obtenção, por preços vis, das matérias-primas indispensáveis ao seu industrialismo próspero.” (CASTRO, 1965, p. 49).

A atualidade de Josué de Castro evidencia-se nas reflexões sobre a necessidade de uma reorganização do sistema alimentar, com ações políticas efetivas que possibilitem a soberania e a segurança alimentar e nutricional dos povos.

A segurança alimentar é um direito humano contemplado no artigo 6º da Carta Magna, e a insegurança alimentar caracteriza-se pelo não acesso regular ou permanente aos alimentos de qualidade e em quantidades suficientes. Com o passar dos anos, foram produzidas inúmeras evidências que apontam desigualdades quanto ao acesso à

alimentação no mundo. No Brasil, a insegurança alimentar está condicionada pela falta de acesso à alimentação, fator esse que depende, principalmente, da relação entre renda e o preço dos alimentos.

O aumento da inflação dos alimentos nos últimos anos provocou diversas mudanças nos hábitos de consumo dos brasileiros. Apesar de uma grande parte da população saber que ingerir alimentos ultra processados é prejudicial, inúmeras pessoas só dispõem desses alimentos para não passar fome. Alimentação certa é aquela que cabe no prato, que sustenta toda a família e não deixa ninguém com fome. Por isso não acho certo usar “dia do lixo”, “comida de verdade”, “comida porcaria”. Comida é comida, sendo ela ultra processada, processada ou não.

Quando falamos por exemplo, de pessoas que se encontram em situação de rua, muitas vezes qualquer coisa que seja comestível, para eles é comida. Muitas pessoas não tem a opção de escolher o que comer. É muito fácil você ver alguém falar que muitas vezes te falta força de vontade, quando na realidade precisamos levar em consideração vários fatores que influenciam o nosso consumo alimentar, tais como: fatores genéticos, ambientais, políticos, sociais, psicológicos, culturais, etc. Não cabe a ninguém julgar o que você come, mas o buraco do nosso país é um pouco mais embaixo.

De acordo com o IBGE, em 2013, a porcentagem de famílias brasileiras que viviam com insegurança alimentar era de 23%. Entre 2017 e 2018, esse número subiu para quase 37%. No fim de 2020, 19,1 milhões de brasileiros conviviam com a fome. Em 2022, são 33,1 milhões de pessoas sem ter o que comer. Ao olhar para a fome, é válido destacar que cada número absoluto representa a vida de uma pessoa.

As desigualdades ressaltadas com a crise são também visíveis quando analisamos os grupos sociais com maior taxa de letalidade entre os atingidos pela Covid-19, sendo que a proporção é maior entre negros, analfabetos e pobres. O nosso país passou por diversas crises políticas, com vários cortes em programas de Promoção de Saúde e paralelamente impactos no emprego. A falta de medidas governamentais, somadas à alta da taxa de desemprego, comida, energia, gás e despesas básicas formaram o cenário ideal para exposição das classes mais baixas que, sem o devido

amparo, possuem dificuldades para garantir a alimentação adequada. A fome aqui no Brasil nunca foi sobre a falta de alimentos.

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), exerce o controle social e atua na formulação, monitoramento e avaliação da Política e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, promovendo a realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada. O seu retorno é uma conquista extremamente importante, como cita a Isis Moura, pois o órgão é um espaço de diálogo e articulação entre o governo e a sociedade. É colocar o debate da fome na agenda política. • • •

Fonte: Isis Ferraz de Moura. *A fome e a ignorância dos que ignoram que exista fome*, publicado na Coluna Opinião, em 30/01/2023

[www.multiplicadoresdevisat.com/ files/uqgd/15557d_8512d8cc58454cc4868e9d495c0679d0.pdf](http://www.multiplicadoresdevisat.com/files/uqgd/15557d_8512d8cc58454cc4868e9d495c0679d0.pdf)

REFERÊNCIAS:

- CASTRO, Josué. **Geopolítica da fome. Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população**. 7. ed., v. I. São Paulo: Brasiliense, 1965.
- **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil** [livro eletrônico]: II VIGISAN: relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. -- São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022.
- CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). **A segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada no Brasil**. Indicadores e monitoramento da Constituição de 1988 aos dias atuais. Brasília: Consea, 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2020.

Carine Almeida Neves de Oliveira é nutricionista e aluna do Curso de Especialização: Direitos Humanos, Relações Étnico-Raciais e Saúde - ENSP/Fiocruz (2023)

Rio de Janeiro, agosto / 2023